



# CONDIÇÕES ECONÔMICAS DE BASE

# 3

3.1	Intercâmbio internacional de mercadorias e serviços....	44
3.2	Proteção da livre concorrência .....	45
3.3	Proteção da propriedade intelectual .....	46
3.4	Disposições e obrigação de responsabilidade pelo produto.....	49
3.5	Planeamento territorial e proteção ambiental.....	51

A livre concorrência, o comércio e a proteção da propriedade intelectual são os pilares fundamentais do êxito econômico e fazem da Suíça um atraente país para empresas nacionais e estrangeiras. Processos administrativos organizados com eficiência proporcionam um ambiente de segurança no planejamento e na realização de negócios. Uma legislação ambiental progressiva assegura a sustentabilidade.

São muitos os atrativos da Suíça como local para o estabelecimento de empresas com atuação mundial. Razões principais: o liberalismo da economia e a política econômica voltada para a economia de mercado.

A Suíça é o país europeu com o maior grau de liberdade econômica. Em termos mundiais, ela ocupa a quarta posição. Isso é o que informa o estudo “Economic Freedom of the World!” publicado com periodicidade anual (ver fig. 13). Esse estudo mede a liberdade econômica dos países em cinco áreas: Âmbito da atividade do Estado, do Estado de Direito e da segurança da propriedade privada, da estabilidade da moeda, da liberdade de comércio internacional e da densidade regulamentar.

#### Liberdade econômica, 2014

Nota geral 0–10

(FIG. 13)

1	Hong Kong, RAE	9,03
2	Cingapura	8,71
3	Nova Zelândia	8,35
<b>4</b>	<b>Suíça</b>	<b>8,25</b>
5	Canadá	7,98
5	Geórgia	7,98
5	Irlanda	7,98
5	Maurício	7,98
5	Emirados Árabes Unidos	7,98
10	Austrália	7,93
10	Reino Unido	7,93
12	Catar	7,91
16	EUA	7,75
21	Dinamarca	7,67
23	Luxemburgo	7,65
25	Países Baixos	7,63
30	Alemanha	7,55
32	Bélgica	7,51
40	Japão	7,42
57	França	7,30
69	Itália	7,17
102	Rússia	6,66
112	Índia	6,50
113	China	6,45
124	Brasil	6,27

Fonte: Fraser Institute, “Economic Freedom of the World: 2016 Annual Report”

### 3.1 INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

A economia suíça destaca-se por sua grande integração internacional: de cada dois francos, um é gerado no exterior. Isso é possível apenas devido ao eficiente tráfego de mercadorias e pessoas através de suas fronteiras.

#### 3.1.1 Tratado de Livre Comércio, OMC e queda das restrições comerciais

Atualmente, além do Acordo da AELC e do Tratado de Livre-Comércio com a União Europeia (UE), a Suíça participa de 28 tratados de livre-comércio com 38 parceiros de fora da UE e também é membro da OMC. No campo do comércio, ela aplica a “cláusula da nação mais favorecida” perante todos os países-membro da OMC e empenha-se, em todos os aspectos, em favor da eliminação mundial de restrições comerciais.

Além disso, com sua adesão à OMC, o país comprometeu-se a transformar a maioria das barreiras comerciais não-tarifárias em taxas alfandegárias. Com poucas exceções (sobretudo para produtos agrícolas), os produtos nacionais não serão protegidos contra a concorrência internacional. Não há uma lei antidumping propriamente dita. Também não há, em princípio, restrições de volume para a importação de produtos manufaturados. Nos mercados europeus, a importação e exportação de bens de produção gozam fundamentalmente de liberdade alfandegária e de contingente, graças aos tratados de livre-comércio com a UE e a AELC. Porém, a liberdade alfandegária e de contingente não significa que inexistam o recolhimento de taxas alfandegárias. Isso, contudo, não representa um obstáculo. Graças ao computador pessoal e à internet, esse pagamento ocorre de forma amplamente automatizada, através das aplicações de informática e-dec e NCTS.

[www.seco.admin.ch](http://www.seco.admin.ch) > Topics > Foreign trade  
Tratados de livre-comércio (OMC)  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

#### 3.1.2 Alfândega

Desde o final de 2008, a Suíça é membro do espaço Schengen, mas não faz parte da União Aduaneira Europeia e do Mercado Único Europeu. Devido a esse fato, o controle alfandegário permanece como antes. O mais importante documento no recolhimento de taxas alfandegárias é a Declaração Alfandegária, que deve ser apresentada juntamente com a fatura contendo descrição de peso e, conforme o caso, com o certificado de origem do exportador. O certificado de origem só será necessário quando se desejar fazer uso de direitos aduaneiros preferenciais com base em tratados de livre-comércio ou no Sistema Geral de Preferências (países em desenvolvimento) ou ainda se a origem da mercadoria precisar ser repassada em razão de sua reexportação.

Ao contrário da maioria dos países, na Suíça o sistema de taxas alfandegárias tem por base o peso bruto da mercadoria. Esse tipo de tributação, conhecido como tributação alfandegária específica, incide sobre produtos para os quais não é concedida liberdade alfandegária, restando, portanto, a cobrança com base no peso. A tributação alfandegária na Suíça é, por norma, menor do que no exterior. O sistema alfandegário por peso favorece a importação de componentes de alto padrão que têm pouco peso, mas apresentam valor elevado.

Assim como outros países, a Suíça também arrecada impostos e encargos em suas fronteiras, a exemplo do imposto sobre veículos, imposto sobre tabaco e cerveja, imposto sobre óleos minerais e imposto sobre emissões de CO<sub>2</sub>, encargo sobre uso de compostos orgânicos voláteis (COV) e encargo sobre o tráfego de veículos pesados conforme o serviço prestado (LSVA). A alíquota normal do Imposto sobre o Valor Agregado é de 8%, muito menor do que a de países adjacentes (Alemanha: 19%, França: 20%, Áustria: 20%, Itália: 22%).

As mercadorias a serem mantidas e armazenadas provisoriamente na Suíça podem ser alocadas em depósitos alfandegários sem incidência de taxas alfandegárias e outros impostos. As mercadorias estão assim em trânsito da fronteira até o entreposto aduaneiro. A posterior exportação da mercadoria estará sujeita à tarifa alfandegária do respectivo país importador. O processamento efetivo das mercadorias não deve ser realizado aqui. Caso contrário, haverá recolhimento de taxas alfandegárias conforme o procedimento padrão. O desembaraço aduaneiro tem um caráter público. São operados por empresas especializadas em armazenagem e encontram-se abertos a todos os interessados. Por outro lado, os depósitos alfandegários abertos (OZL) servem para a armazenagem de bens não desalfandegados em instalações próprias da empresa, mas separadas dos bens domésticos. Estes são geralmente operados por empresas de logística e estão se tornando cada vez mais importantes.

Os bens de mudança - desde que não sejam novos e se destinem ao uso próprio - de indivíduos em mudança para a Suíça são isentos de taxas alfandegárias. Por ocasião da importação, deve-se apresentar ao posto de controle alfandegário o formulário de requerimento oficial devidamente preenchido. O despacho dos bens de mudança deve ocorrer durante os horários de atendimento público do respectivo posto alfandegário (ver seção 13.2.1).

[www.seco.admin.ch](http://www.seco.admin.ch) > Topics > Foreign trade  
Apresentação geral das questões aduaneiras  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

[www.zoll.admin.ch](http://www.zoll.admin.ch)  
Informações aduaneiras  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

[www.s-ge.com/exporthelp](http://www.s-ge.com/exporthelp)  
Questões de exportação e tarifas alfandegárias no mundo  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

### 3.1.3 Regulamento da origem

As matérias-primas e peças individuais importadas de países terceiros podem ser de origem suíça e, portanto, ser entregues livre de impostos aduaneiros aos países com acordos de livre comércio (p.ex., com a UE), se forem tratados adequadamente no âmbito do acordo de livre comércio pertinente na Suíça. Muitas vezes, isso se dá quando o percentual de valor agregado gerado na Suíça estiver entre 60 % e 80 % (dependendo do produto em questão), medido com base no valor de venda do produto acabado.

Essa regulamentação é vantajosa, pois mercadorias de alto padrão frequentemente têm pouco peso, mas possuem alto valor. Assim, elas podem ser importadas para a Suíça a preços econômicos e reprocessadas no país e em seguida exportadas com preferência alfandegária para países com os quais a Suíça tenha assinado tratados de livre-comércio. Em conformidade, quando, p.ex., As mercadorias sejam importadas de um país de fora da UE/AELC e transformadas em território suíço de tal forma, que lhes permita serem reconhecidas como de origem suíça, sua exportação para um país da UE/AELC, por norma, não será sujeita à incidência de tarifas alfandegárias.

[www.zoll.admin.ch](http://www.zoll.admin.ch) > Information companies > Exemptions > Exportation  
Diretrizes de origem  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

## 3.2 PROTEÇÃO DA LIVRE CONCORRÊNCIA

A economia suíça baseia-se nos princípios da economia de mercado. A lei antitruste suíça, que desde 1995 se equipara amplamente à da União Europeia, fortalece a concorrência livre e justa. Os cartéis não são proibidos, mas seu abuso é punido. A Lei de Regulamentação do Mercado Doméstico permite mais concorrência e eliminação de regulamentos protecionistas nas esferas cantonal e municipal. A Comissão da Concorrência pode intervir se houver suspeita de restrições desleais à concorrência. Além disso, ela analisa se as fusões empresariais têm efeitos negativos sobre a livre concorrência e faz recomendações às autoridades no sentido de incentivar a concorrência efetiva.

**“Com 7.088 registros de patentes em 2015, a Suíça ocupa posição de liderança proporcionalmente ao número de habitantes.”**



### 3.3 PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Na Suíça, a proteção da propriedade intelectual é altamente desenvolvida. Um abrangente sistema de proteção de patentes, marcas, designs e direitos autorais garante que a inovação e a criatividade produzam resultados concretos nas esferas nacional e internacional. Quem deseja solicitar a patente de uma invenção, registrar uma marca ou depositar um design deve dirigir-se ao Instituto Federal de Propriedade Intelectual (IGE), em Berna.

O IGE, órgão responsável pelos direitos de proteção industrial e direitos autorais, é um verdadeiro centro de competências para todas as solicitações relacionadas a patentes, marcas, design, topografias de produtos de semicondutores, direitos autorais e direitos de propriedade intelectual correlatos. As primeiras informações sobre os títulos de proteção suíços registrados estão disponíveis através do registro eletrônico de patentes da IGE. Além disso, como membro da OMC, a Suíça segue as regulamentações da OMC e do acordo TRIPS.

No banco de dados Swissreg, o IGE disponibiliza gratuitamente informações provenientes do cadastro de marcas, patentes e designs, bem como informações referentes a topografias protegidas. O Swissreg inclui marcas e pedidos de registro cadastrados no país, mas não marcas internacionais que também podem surtir efeito de proteção em território suíço. Essas marcas internacionais estão registradas na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em Genebra.

[www.ige.ch](http://www.ige.ch)  
Instituto Federal de Propriedade Intelectual (IGE)  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

[www.kmu.ige.ch](http://www.kmu.ige.ch)  
Plataforma informativa para pequenas e médias empresas  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

[www.ige.ch > Service](http://www.ige.ch > Service)  
Guia de inovação e criatividade  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

[www.swissreg.ch](http://www.swissreg.ch)  
Cadastro de direitos de propriedade intelectual da Suíça  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

[www.wipo.int](http://www.wipo.int)  
Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)  
Idiomas: alemão, inglês, francês, espanhol, chinês, russo, árabe

#### 3.3.1 Patentes

Em termos registros de patentes, a Suíça é um dos países de maior atratividade do mundo. Com 7.088 registros de patentes em 2015, o país ocupa a 6ª posição no ranking internacional e 4ª no ranking europeu. Proporcionalmente ao número de habitantes, o país ocupa posição de liderança.

As invenções que resolvem um problema técnico com meios técnicos podem ser protegidas por patentes. Para ser patenteável, a invenção deve satisfazer três requisitos básicos:

- Aplicabilidade comercial: A invenção deve ser comercialmente viável, deve poder ser realizada e a realização poderá ser repetida.
- Inovação: a invenção somente é considerada original quando não corresponde ao mais alto nível de desenvolvimento atual da área em questão.
- Atividade inventiva: a invenção não pode resultar (para o profissional especializado), de maneira praticamente evidente, do “state of the art”.

Todavia, não são patenteáveis, entre outros itens, as ideias, sistemas de loteria ou de contabilidade, processos de diagnóstico, terapia ou cirurgia no corpo humano ou animal e tampouco as raças de animais e espécies vegetais. Da mesma forma, não são patenteáveis as invenções que representem agressão à ordem pública ou à moral (tais como determinadas invenções biotecnológicas).

Existem três possibilidades de registro de patente de uma invenção com efeito jurídico na Suíça:

- Patente suíça: Com o registro nacional, a proteção da patente estende-se à Suíça e ao Principado de Liechtenstein. Os registros nacionais podem ser enviados ao IGE em qualquer idioma. No entanto, deverá ser apresentada uma tradução para o alemão, francês ou italiano dentro de determinado prazo, caso o registro de patente não tenha sido solicitado em nenhum destes idiomas.
- Patente europeia: a Convenção sobre a Patente Europeia (CPE) permite que o solicitante obtenha a proteção de sua patente através de um processo unificado de análise e concessão em alguns ou em todos os países signatários da CPE, entre eles, também a Suíça.
- Patente internacional: o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (Patent Cooperation Treaty, PCT), ao qual a Suíça aderiu, possibilita que um registro internacional tenha o mesmo efeito de um registro nacional em todos os países signatários mencionados. Os registros nacionais também podem ser enviados ao IGE em inglês.

Do registro nacional até a concessão da patente transcorrem, em média, três a cinco anos. Um exame acelerado dos documentos é possível mediante solicitação. A patente perde validade após, no máximo, 20 anos.

A taxa do registro de patente é de 200 francos suíços, enquanto o processo de análise custa 500 francos suíços. Taxas anuais são pagas a partir do quarto ano após o registro.

Como o IGE não verifica o cumprimento dos critérios de originalidade e atividade inventiva, recomenda-se consultar um especialista antes de solicitar o registro de patente (por ex., advogado de patentes ou outro profissional). Após o pedido de patente, os dois critérios também poderão ser verificados através de uma pesquisa opcional do “state of the art”.

[www.ige.ch](http://www.ige.ch)  
Instituto Federal de Propriedade Intelectual  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

[www.epo.org](http://www.epo.org)  
Instituto Europeu de Patentes  
Idiomas: alemão, inglês, francês

## Visão geral dos direitos de propriedade intelectual

(FIG. 14)

	PROTEÇÃO DE MARCAS	PROTEÇÃO DE PATENTES	PROTEÇÃO DE DESENHOS	DIREITOS AUTORAIS <sup>2</sup>
<b>O que é protegido?</b>	Marca registrada em caso de uso indevido por terceiros	Invenções, isto é, soluções tecnológicas na área de engenharia	A forma, o desenho externo de um objeto	Obras de literatura e arte (incluindo programas de computador)
<b>O que gera a proteção?</b>	Registro da marca no cadastro de marcas	Concessão da patente de invenção	Cadastramento do desenho no registro de projeto	Automaticamente no momento da criação
<b>Requisitos mínimos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- não violação de direitos de terceiros</li> <li>- distintivo</li> <li>- não descritivo</li> <li>- Não ofender a ordem pública e os bons costumes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inovação</li> <li>- aplicabilidade comercial</li> <li>- atividade inventiva</li> <li>- Divulgação da invenção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inovação</li> <li>- A impressão geral deve distinguir-se fundamentalmente de designs existentes</li> <li>- Não ofender a ordem pública e os bons costumes</li> </ul>	Criação espiritual da literatura e arte com caráter individual
<b>Sem proteção para</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- caracteres simples</li> <li>- Abreviaturas</li> <li>- Indicações do item</li> <li>- emblema</li> <li>- e outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Raças de animais, variedades vegetais</li> <li>- Métodos de diagnóstico, terapia ou cirurgia no corpo humano ou animal</li> <li>- Utilização representa agressão à ordem pública ou à moral</li> <li>- determinadas invenções</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- funções exclusivamente técnicas</li> <li>- Ideias, conceitos</li> <li>- Violações de legislação federal (tais como legislação sobre uso exclusivo de brasões) e de tratados internacionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conteúdo (ideias, conceitos)</li> <li>- Leis, decretos oficiais</li> <li>- Decisões das agências governamentais</li> <li>- Meios de pagamento</li> <li>- Especificação da patente</li> </ul>
<b>Exceções de proteção</b>	Não utilizado como marca registrada	Uso particular, pesquisa científica e ensino		Uso particular, citações, cópias de segurança, relatórios
<b>Extensão da proteção</b>	Definido pelo sinal distintivo e lista de produtos e serviços	Definido pelos direitos de patente invocados ("claims")	Definido pela ilustração	Definido pela obra concreta
<b>Prazo de proteção</b>	10 anos (prorrogáveis indefinidamente)	Máximo de 20 anos	5 anos (prorrogável 4 vezes por 5 anos): máximo de 25 anos	70 anos após a morte do autor (50 anos no caso de programas de computador)
<b>Símbolos ou notas comuns</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ® para marcas registradas</li> <li>- ™ para Trademark</li> </ul> Uso opcional A sua violação está sujeita à punição	+pat+; pat. pend. (registro de patente encontra-se pendente) Uso opcional A sua violação está sujeita à punição	mod. dép. Uso opcional A sua violação está sujeita à punição	©, "Copyright", "Alle Rechte vorbehalten", "Tous droits réservés" ou observações semelhantes Uso opcional
<b>Taxa de registro (Suíça)<sup>1</sup></b>	CHF 550	CHF 200 (registro) 500 CHF (pesquisa opcional) 500 CHF (análise)	CHF 200 (taxa básica), inclui publicação de uma ilustração	Sem
<b>Prorrogação (Suíça)<sup>1</sup></b>	CHF 700 (10 anos)	CHF 100 para o 4º ano depois a taxa aumenta anualmente em CHF 50 (CHF 150 para o 5º ano e a respetiva subida nos anos seguintes)	CHF 200 (5 anos)	Sem
<b>particularidades</b>	Na Suíça, não é verificado se houve violação de direito de propriedade intelectual mais antigos (recomenda-se pesquisa de marca).	Na Suíça, não são verificados os critérios originalidade e atividade inventiva (recomenda-se pesquisa de patentes).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicação pode prolongar-se por 30 meses.</li> <li>- Na Suíça, não é verificado critério originalidade.</li> </ul>	Associações de Gestão Coletiva: SUISA, SUISSIMAGE, ProLitteris, SSA, SWISSPERFORM

<sup>1</sup> Excluindo-se eventuais custos com contratação de um especialista.

<sup>2</sup> Além disso, na lei dos direitos autorais, são regulamentados os direitos de propriedade intelectual conexos de artistas executantes, de fabricantes de suportes sonoros e audiovisuais e de empresas de radiodifusão.

Realização: fevereiro de 2016. Poderá haver alterações. O website [www.ige.ch](http://www.ige.ch) contém os dados mais atuais.

Fonte: Instituto Federal de Propriedade Intelectual (IGE)

### 3.3.2 Marcas

As marcas são sinais distintivos que visam à diferenciação mercadológica de produtos de uma empresa em relação aos de outras empresas, possibilitando que os consumidores reconheçam o produto que aprecia entre a imensidão de produtos ofertados.

Um sinal distintivo pode ser registrado como marca se

- se for reconhecido pelo público como referência a uma empresa e se o seu registro não restringir indevidamente os concorrentes do pedido de marca durante o seu desenvolvimento econômico;
- não enganar o público com características do produto que não existem;
- não violar as políticas públicas, bons costumes ou leis vigentes.

Durante os procedimentos de registro, o IGE examina se estes pré-requisitos estão sendo cumpridos. Não será verificado se sinais distintivos confusos foram registrados ou se existem outros direitos de terceiros que possam ser infringidos pelo registro da marca. Portanto, é vantajosa a realização de uma pesquisa, seja pelo IGE, seja por prestadores de serviços do registro da marca. O registro no IGE tem efeito apenas na Suíça. Para a proteção da marca em outros países, existem várias vias possíveis:

- O registro nacional da marca nos respectivos países;
- O registro da marca enquanto marca comunitária (UE) com efeito protetor em todos os Estados-membro da EU ou
- Registro internacional conforme o Sistema de Madri: com base em uma marca nacional, o proprietário da marca pode fazer um único requerimento junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em Genebra, para depositar sua marca nos países signatários por ele escolhidos, embora os órgãos de registro dos respectivos países devam fazer uma verificação da possibilidade de proteção.

O registro de marcas na Suíça pode ser efetuado por via eletrônica. A taxa de depósito é de 550 francos suíços (mais quaisquer taxas de classe). Caso o sinal distintivo cumpra os requisitos de proteção, ele normalmente é registrado no prazo máximo de seis meses. A proteção de marca por dez anos resultante do registro sempre pode ser prorrogada por mais dez anos mediante pagamento de uma taxa de prorrogação.

[www.ip-search.ch](http://www.ip-search.ch)

Pesquisa de marca registrada  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

[www.e-trademark.ige.ch](http://www.e-trademark.ige.ch)

Registro de marca  
Idiomas: alemão, francês, italiano

[www.ige.ch/ma-berater](http://www.ige.ch/ma-berater)

Consultor de marca  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

### 3.3.3 Design

O design apela para os sentidos, desperta sensações, gera identificação, cria uma imagem distinta. Por isso ele é hoje um fator de sucesso decisivo para uma marca e as falsificações nessa área são proporcionalmente frequentes. Através do depósito do design, são protegidos formatos bidimensionais e objetos tridimensionais cujo design é original, apresenta um efeito estético e é fabricado industrialmente. O processo de registro de design é simples, rápido e econômico. Um design pode ser protegido por um período máximo de 25 anos (cinco períodos de cinco anos). Com base no Acordo de Haia sobre o Depósito Internacional de Desenhos Industriais, amostras ou modelos também podem ser depositados internacionalmente. Como a Suíça ratificou essa convenção, o depositante pode obter proteção com validade também para o território da Suíça.

[www.s-ge.com/product-design](http://www.s-ge.com/product-design)

Números e fatos sobre Design Industrial e de Produto na Suíça  
Idiomas: ale, ing, fra, ita, esp, por, rus, chi, jap.

[www.ige.ch](http://www.ige.ch) > Designs > Protection in Switzerland

Proteção de desenhos  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

### 3.3.4 Direitos autorais

Os direitos autorais (que correspondem ao “copyright” do direito anglo-saxão) protegem obras, isto é, criações intelectuais de literatura e arte que possuem um caráter individual. Incluem literatura, música, imagens, esculturas, filmes, óperas, balés e pantomimas, bem como programas de computador. Uma obra é protegida por direitos autorais assim que é criada. Não é necessário requerer a proteção, nem depositar a obra. Não há registro. Na Suíça, a proteção por direitos autorais extingue-se sempre em 70 anos - ou, no caso da proteção de programas de computador, 50 anos - após a morte do criador.

### 3.4 DISPOSIÇÕES E OBRIGAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

Devido a considerações de políticas de segurança e de saúde, por razões de proteção ambiental e do consumidor e também em razão da observância de normas nacionais e internacionais, os seguintes produtos estão sujeitos a regulamentações específicas quando de sua introdução no mercado (importação, venda, etc.) suíço: medicamentos, produtos cosméticos, produtos de limpeza, aparelhos elétricos, dispositivos de medição e de pesagem, sistemas de aquecimento, vasos de pressão, motocicletas, entre outros produtos.

Com base no potencial de risco dos produtos, o legislador decide quais são os processos de análise de conformidade que devem ser aplicados. Esses processos abrangem desde o controle próprio (tal como no caso de máquinas), passando pela análise por entidades independentes e reconhecidas oficialmente (tal como no caso de equipamentos submetidos a pressão), até a concessão de autorização estatal (tal como no caso de medicamentos).

Atualmente, a maioria dos países tem uma grande diversidade de regulamentações técnicas. Elas regulamentam praticamente todo produto disponível no mercado. Na esfera federal suíça, essas regulamentações, estão inseridas em mais de 30 leis e mais de 160 portarias. Além disso, aplicam-se (ainda) algumas regulamentações técnicas cantonais.

Acordos sobre o reconhecimento mútuo de análises de conformidade (em inglês: Mutual Recognition Agreements – MRA) são instrumentos política comercial significativos e reconhecidos no âmbito da OMC para eliminação de barreiras comerciais técnicas em áreas sujeitas a regulamentação estatal. Se as regulamentações de ambos os países sobre o produto em questão forem equivalentes, uma análise de conformidade realizada no país exportador - segundo suas próprias regulamentações - será suficiente também para a introdução do produto envolvido no mercado do outro país signatário. O mais importante MRA do ponto de vista econômico é aquele celebrado com a União Europeia (que trata do uso da “marcação CE” [Conformidade Europeia]).

Os requisitos sanitários e de segurança para produtos foram determinados por leis e portarias. No âmbito da segurança de produto, a Suíça adotou amplamente os regulamentos da União Europeia (UE), de modo que nesta área já não existem mais barreiras de mercado decisivas para operações de exportação e importação envolvendo países da UE.

Além disso, desde 1º de julho de 2010 vigora nas relações com a UE o chamado princípio Cassis de Dijon, segundo o qual muitos produtos do espaço UE/EEE que antigamente tinham de ser fabricados, reembalados ou reetiquetados para o mercado suíço podem ser importados com mais facilidade e sem obstáculos técnicos. A condição é que os produtos estejam em conformidade com as regulamentações do respectivo país da UE ou EEE e tenham sido introduzidos legalmente no mercado desse país.

As regulamentações suíças sobre responsabilidade sobre produtos correspondem amplamente aos regulamentos em vigor na UE: o fabricante é responsável, independentemente se é culpado ou não, pelos danos causados por produtos defeituosos. Na Suíça, essa obrigação de responsabilidade aplica-se a todos os produtos introduzidos no mercado a partir de 1994.

As seções a seguir explicam as disposições de algumas categorias de produtos importantes. Em casos específicos, em virtude do grande número de leis e portarias, é imprescindível obter esclarecimentos mais detalhados.

[www.seco.admin.ch](http://www.seco.admin.ch) > Employment > Product safety  
Disposições relativas à segurança dos produtos  
Idiomas: alemão, francês, italiano

[www.seco.admin.ch](http://www.seco.admin.ch) > Topics > Foreign trade  
Barreiras Técnicas de Comércio  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

[www.snv.ch](http://www.snv.ch) > Services > Switec-Infocenter  
Normen: switec - Centro de Informações Suíço sobre Regras Técnicas  
Idiomas: alemão, inglês, francês

[www.seco.admin.ch/sas](http://www.seco.admin.ch/sas)  
Credenciamento: Organismo Suíço de Credenciamento (SAS)  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

#### 3.4.1 Gêneros alimentares

A Portaria Suíça de Rotulagem e Publicidade de Alimentos (LKV) contém regulamentos rigorosos de declaração. Nas embalagens ou etiquetas de produtos alimentícios previamente embalados, todos os ingredientes devem ser indicados com sua denominação por ordem decrescente de quantidade. Alimentos que não estejam listados em uma portaria do governo federal requerem a autorização do Departamento Federal de Saúde (BAG). Os produtos alimentares, aditivos e adjuvantes tecnológicos que sejam organismos geneticamente modificados (OGM), contenham tal modificação genética ou tenham sido extraídos a partir dela e que sejam destinados à venda aos consumidores necessitam obrigatoriamente de autorização pelo BAG. A existência de OGM é tolerada quando o produto não contém mais de 0,9% do ingrediente em questão. Todos os demais produtos estão sujeitos a autorização. As indicações nutricionais e de saúde devem satisfazer as disposições legais de acordo com a LKV. Nenhum alimento que seja disponibilizado no comércio como produto alimentício ou produto alimentício especial pode se destacar com uma publicidade de cura. Produtos com uma publicidade de cura são considerados medicamentos e requerem uma licença especial expedida pelo Swissmedic (vide seção 3.4.2).

O parlamento adotou um regulamento especial para produtos alimentícios relativamente ao princípio Cassis de Dijon: os produtos alimentícios estrangeiros que não estejam em total conformidade com as regulamentações técnicas da Suíça deverão obter autorização junto ao Departamento Federal de Saúde (BAG).

[www.bag.admin.ch](http://www.bag.admin.ch) > Topics  
Informações do Departamento Federal de Saúde (BAG)  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

[www.slmb.bag.admin.ch](http://www.slmb.bag.admin.ch)  
Código alimentar suíço (SLMB)  
Idiomas: alemão, francês



### 3.4.2 Produtos farmacêuticos

Na Suíça, a fabricação e venda de medicamentos estão sujeitas a licença. A obtenção de licença de fabricação de um novo produto farmacêutico junto ao Swissmedic (Instituto Suíço de Produtos Terapêuticos) dura cerca de onze meses (desconsiderando-se o eventual dispêndio de tempo interno da empresa), tornando o processo de registro na Suíça um dos mais rápidos do mundo. A análise normal de um requerimento de licença para um medicamento de uso humano contendo um novo princípio ativo custa 70.000 francos suíços (ou 105.000 francos suíços se o processo for acelerado).

As exigências de licenciamento correspondem amplamente àquelas em vigor na UE, facilitando a entrega simultânea de requerimentos de licença na Suíça e na UE. Graças à excelente reputação científica do país, a seus rígidos critérios e aos inúmeros hospitais de renome para testes clínicos, a licença para um produto farmacêutico na Suíça é amplamente reconhecida no âmbito internacional. Apesar da rígida análise de requerimentos, o processo “acelerado” possibilita a elaboração bastante rápida de um parecer (no prazo de 140 dias, desconsiderando-se o eventual dispêndio de tempo interno da empresa) no caso de medicamentos vitais (tais como aqueles contra a AIDS ou o Mal de Alzheimer).

[www.swissmedic.ch](http://www.swissmedic.ch)  
Instituto Suíço de Medicamentos  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

### 3.4.3 Produtos medicinais

Na Suíça, a regulamentação de dispositivos medicinais ampara-se principalmente na Lei Federal sobre Medicamentos e Dispositivos Medicinais (Lei dos Medicamentos, HMG), Portaria sobre Dispositivos Medicinais (MepV) e Portaria sobre Testes Clínicos com Produtos Terapêuticos (VKlin). Os dispositivos medicinais na Suíça estão sujeitos às mesmas regulamentações em vigor na UE. Dessa forma, os acordos bilaterais possibilitam um livre trânsito de dispositivos medicinais de fabricantes suíços na União Europeia e em países membro da AELC, além da Turquia. Um fornecedor de aparelhos medicinais que deseja introduzir seu produto no mercado suíço deve ser capaz de comprovar, mediante solicitação das autoridades, que seu produto cumpre os requisitos básicos das diretivas da UE e foi submetido a um processo de análise de conformidade condizente com as diretivas da UE.

Dispositivos medicinais que contenham a marcação CE emitida por um organismo de controle europeu reconhecido têm sua conformidade reconhecida também na Suíça, desde que a documentação completa do produto esteja disponível em três idiomas (alemão, francês e italiano). Um fabricante na Suíça pode identificar seus dispositivos medicinais com a marcação CE e vendê-los no mercado suíço ou exportá-los para a UE, AELC e Turquia. Além da marcação CE, alguns destes países exigem o envio de uma notificação de certos dispositivos medicinais e dos seus fabricantes à agência do governo nacional. Os países terceiros exigem certificados de exportação de dispositivos médicos, em certa medida, do país de origem. As empresas suíças podem solicitar esses certificados junto à Swissmedic.

[www.swissmedic.ch](http://www.swissmedic.ch) > Medical products > Guideline & medical products-cycle  
Orientação sobre a regulamentação de dispositivos medicinais  
Idiomas: alemão, inglês, francês

**“No âmbito da segurança de produto, a Suíça adotou amplamente os regulamentos da UE, de modo que já não existem nesta área barreiras de mercado decisivas para operações de exportação e importação envolvendo países da UE.”**

## 3.5 PLANEAMENTO TERRITORIAL E PROTEÇÃO AMBIENTAL

### 3.5.1 Construção e planeamento

Modernas leis de planeamento territorial e meio ambiente garantem a coexistência ordenada de áreas comerciais densamente ocupadas e áreas naturais e de cultivo agrícola. A elevada densidade de ocupação territorial sempre incentivou a consciência ecológica e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da construção civil. Edifícios para empresas prestadoras de serviços e indústrias podem ser erigidos em zonas de construção designadas. As regulamentações da construção civil e planeamento seguem o direito cantonal. Deverá ser realizado um procedimento para aprovação do edifício, cujo prazo e escopo depende do tipo de projeto de investimento em questão. Por exemplo, os edifícios industriais dependem de uma licença de planeamento e uma autorização de operação relativas à segurança do trabalho.

No caso de projetos de construção mais simples, como, por exemplo, um projeto comercial/industrial sem qualquer grau de dificuldade especial e sem necessidade de esclarecimentos adicionais e autorizações especiais, o prazo médio, por norma, é de dois a três meses. Nesse caso, supõe-se que não haja circunstâncias que possam ocasionar recursos judiciais ou a reclamações contra o empreendimento. Todavia, pode haver divergências de cantão para cantão.

Os órgãos de promoção da indústria e comércio (ver seção 15.2) fornecem informações sobre áreas comerciais urbanizadas, imóveis comerciais disponíveis e também sobre os procedimentos burocráticos necessários. Eles também podem iniciá-los e, se necessário, coordená-los.

[www.aren.admin.ch](http://www.aren.admin.ch)

Departamento Federal de Desenvolvimento Territorial (ARE)  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

### 3.5.2 Meio ambiente

A legislação ambiental corresponde amplamente às regras vigentes na UE. O direito ambiental e as medidas de proteção dele resultantes baseiam-se no princípio da cooperação. Em cooperação com o setor privado, são desenvolvidas soluções que beneficiam tanto o setor privado como a natureza. As medidas tomadas pela Suíça nessa área são consideradas exemplares em nível internacional. Quando da instalação e operação de estabelecimentos industriais e comerciais, deve-se levar em consideração os diferentes decretos nas esferas federal e cantonal. As leis federais de proteção do meio ambiente, recursos hídricos e natureza têm uma importância especial em todo o país. A Lei Federal sobre Proteção Ambiental regulamenta as áreas de poluição atmosférica, ruído, radiação não ionizante, resíduos, substâncias nocivas ao meio ambiente e saturação do solo. Ela leva em consideração o “princípio da precaução” e o “princípio do poluidor pagador”: o impacto ambiental deve ser mantido nos menores níveis possíveis e os custos para que ele seja evitado devem ser arcados pelos próprios causadores do problema. As emissões são restritas por valores-limite e por regulamentações da construção civil, equipamentos, tráfego e operações. A técnica a ser utilizada não está prescrita. Prazos de saneamento possibilitam às empresas determinarem, elas mesmas, o momento adequado de investimento nos moldes pré-determinados.

As Avaliações de Impacto Ambiental (AIA) devem ser realizadas no caso de projetos de planeamento, construção ou alteração de instalações que possam impactar consideravelmente o meio ambiente. Essas avaliações são instrumentos da precaução ambiental que são empregados apenas em projetos concretos e em seus processos regulares de concessão de alvarás de construção e planeamento. As instalações que estão em conformidade com a AIA estão enumeradas exaustivamente nas bases jurídicas; além dos sistemas energético e de transporte, incluem-se também as instalações industriais que prejudicam bastante o meio-ambiente.

[www.bafu.admin.ch](http://www.bafu.admin.ch)

Departamento Federal do Meio Ambiente (BAFU)  
Idiomas: alemão, inglês, francês, italiano

[www.bafu.admin.ch/uvp](http://www.bafu.admin.ch/uvp)

Avaliação de Impacto Ambiental (UVP)  
Idiomas: alemão, francês, italiano